

Coordenação:

FREDIE DIDIER JR.

RICARDO VILAS BÔAS CUEVA

PROCESSO CIVIL EMPRESARIAL E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2021



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia Tel: (71) 3045.9051 • Contato:
<https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições Juspodivm

Diagramação: Ana Paula (aninha_lopescorreia@hotmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

D556p Didier Jr., Fredie:
Processo Civil Empresarial e o Superior Tribunal de Justiça / Fredie Didier Jr. – São Paulo:
Editora Juspodivm, 2021.
800 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5680-642-6.

1. Direito Processual. 2. Direito Empresarial. I. Didier Jr., Fredie. II. Título.

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. **REFLEXÕES SOBRE CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE O JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E JUÍZO ARBITRAL, A RESPEITO DE DISPOSIÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NO ÂMBITO DO JULGAMENTO DO CC Nº 157.099/RJ.....** 13
Ana Tereza Basilio e Nicole Aló
2. **ARBITRAGEM E RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....** 29
A convivência harmônica em litígio societário à luz do Conflito de Competência nº 157.099/RJ
Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo e Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo
3. **UMA ANÁLISE ACERCA DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 151.130/SP: A (IN)COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL ARBITRAL FRENTE A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA ESTATUTÁRIA PACTUADA PELA UNIÃO.....** 41
Laís Lyra Borja e Marília Queiroz Silva
4. **A NECESSÁRIA CONCENTRAÇÃO NO JUÍZO UNIVERSAL DAS DECISÕES CONSTRITIVAS DE BENS INDISPENSÁVEIS À EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....** 69
Análise do AgInt no Conflito de Competência nº 157.188/SC
Victor Ribeiro Ferreira, Luiz Roberto Paranhos de Magalhães e Lucas Alcanfôr Baccile
5. **EXIGÊNCIA DE REGULARIDADE FISCAL PARA A CONCESSÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS E CONFLITOS DE COMPETÊNCIA: AFETAÇÃO NO RESP 1.712.484/SP E NO RESP 1.757.145/RJ.....** 87
Rodrigo Mazzei e Tiago Figueiredo Gonçalves
6. **EXECUÇÃO DE CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS EM FACE DE DEVEDORES EM RECUPERAÇÃO: IMPACTO DA LEI Nº 14.114/2020 NOS ENTENDIMENTOS FIRMADOS NO CC 114.987/SP E NO RESP 1.512.118/SP.....** 105
Daniela Santos Bomfim, Guilherme Cavalcanti Lamêgo e Gustavo Lamêgo

7. **A INFLUÊNCIA DO ACÓRDÃO DO RESP 1.853.347/RJ NA ALTERAÇÃO DA REGRA LEGAL QUE FIXA O PRAZO MÁXIMO PARA A PROLAÇÃO DA SENTENÇA EXTINTIVA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....** 141
Antonio Adonias A. Bastos e Tadeu Alves Sena Gomes
8. **PENHORA DE QUOTAS E AÇÕES DE SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: RECURSO ESPECIAL N. 1.803.250/SP (2018/0198929-7)** 163
Carolina Mota da Silva Telles e Guilherme Setoguti J. Pereira
9. **COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E EXECUÇÃO DE QUOTAS SOCIAIS DE SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: NOTAS AO RESP 1.803.250/SP.....** 175
Antonio do Passo Cabral
10. **RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.250 – SP (2018/0198929-7) QUOTAS SOCIAIS DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM RECUPERAÇÃO: PENHORABILIDADE POR DÍVIDA PARTICULAR DO SÓCIO** 197
Elton M. C. Leme
11. **EXIGÊNCIA LEGAL DE REGULARIDADE FISCAL PARA A CONCESSÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. UMA CURIOSA INVERSÃO DE COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS.....** 211
Recursos Especiais nº 1.187.404-MT e nº 1.864.625/SP
Alde da Costa Santos Júnior
12. **O INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO E A TÉCNICA DE JULGAMENTO AMPLIADO DO ART. 942 DO CPC: UMA ANÁLISE DO RESP 1.797.866/SP.....** 225
José Roberto de Castro Neves e Marcos Pitanga Caeté Ferreira
13. **O CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA – ANÁLISE DOS RECURSOS ESPECIAIS DE Nº 1.786.524/SE, 1.707.066/MT E 1.712.213/MT (TEMA REPETITIVO 1.022)** 247
Georges Abboud e Renato Mantoanelli Tescari
14. **TEMA DE RECURSO REPETITIVO 1.051 – RECURSO ESPECIAL 1.634.046 – RS: O CRÉDITO TRABALHISTA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL** 267
Edilson Vitorelli e Arthur Santos
15. **A VISÃO DO STJ SOBRE A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO FALIMENTAR (RESPs 1.765.288/SP E 1.884.860/RJ).....** 289
Maurício Ferreira Cunha e Renato Pessoa Manucci

SUMÁRIO

16. **O AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.379-RS E A (IN)DEFINIÇÃO DO MOMENTO DO SINISTRO DO SEGURO-GARANTIA NA EXECUÇÃO FISCAL** 307
Antonio Carlos F. de Souza Júnior
17. **O SEGURO GARANTIA JUDICIAL COMO MEIO EFICAZ DE GARANTIA DO JUÍZO E MANIFESTAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA EXECUÇÃO** 325
 O paradigmático acórdão proferido no REsp n. 1.838.837/SP
Maria Lúcia Lins Conceição e Teresa Arruda Alvim
18. **A PENHORA DE FATURAMENTO PREVISTA NO ART. 866 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, O RESP REPETITIVO 1.666.542-SP E SEUS REFLEXOS DIANTE DAS INOVAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 14.112/2020** 347
Luiz Rodrigues Wambier e Arthur Mendes Lobo
19. **CONFLITO PRINCIPIOLÓGICO: PENHORA DE QUOTAS SOCIAIS DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL – RECURSO ESPECIAL 1.830.250-SP**..... 365
Bruno Dantas e Caio Victor Ribeiro dos Santos
20. **O JULGAMENTO DO RESP 1788950/MT E DEMAIS RECENTES POSIÇÕES DA 3ª TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUANTO À APLICAÇÃO DO ARTIGO 139, IV, DO CPC/15**..... 385
Elias Marques de Medeiros Neto
21. **MC 14.561/BA E O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA NA ATIVIDADE EMPRESARIAL: A INTERVENÇÃO JUDICIAL NA EMPRESA COMO MEDIDA EXECUTIVA ATÍPICA, MAS EXCEPCIONAL E SUBSIDIÁRIA, PARA EFETIVAÇÃO DE DECISÕES ESTRUTURAIS**..... 403
Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira
22. **LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE: AGINT NOS EDCL NO ARESP 639.591/RJ E RESP 1.731.464/SP** 423
Rodrigo Mazzei, Tiago Figueiredo Gonçalves e João Rafael Zanotti Guerra Frizzera Delboni
23. **DELIBERAÇÃO DE EXCLUSÃO EXTRAJUDICIAL DE SÓCIO EM SOCIEDADE LIMITADA: QUÓRUM DE DELIBERAÇÃO E PRAZO PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO ANULATÓRIA – RESP. N. Nº 1.459.190 - SP** 437
Marcelo Vieira von Adamek

24. **O ALCANCE EXTINTIVO DO QUITUS DIANTE DE RECENTE DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: COMENTÁRIOS AO RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.338-SP** 465
Marcelo Vieira Von Adamek e Carlos Vieira Von Adamek
25. **DA NATUREZA JURÍDICA DO PRAZO PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO ANULATÓRIA DE DELIBERAÇÃO ASSEMBLEAR: COMENTÁRIOS AO RECURSO ESPECIAL Nº 11.808-SP** 497
Marcelo Vieira von Adamek
26. **METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DE HAVERES NA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES LIMITADAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SOBRE OS AVANÇOS LEGISLATIVOS. RESP Nº 1.335.619/SP** 517
Ivo Waisberg e Carlos Teixeira Leite Filho
27. **A APURAÇÃO DE HAVERES NA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE - RESP. Nº 1.403.947 – MG**..... 541
Antonio Carlos Marcato
28. **LEGITIMIDADE PROCESSUAL ATIVA PARA AÇÕES DE INDENIZAÇÃO CONTRA CONTROLADORES DE SOCIEDADES POR AÇÕES** 549
 Análise do Recurso Especial 1.214.497 - RJ
Ana Frazão
29. **A LEGITIMIDADE AD CAUSAM PARA PROPOSITURA DE AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS POR ADMINISTRADORES DE SOCIEDADES ANÔNIMAS: UMA PROPOSTA A PARTIR DO RESP Nº 1.536.949 – SP** 567
Anna Binotto e Vinicius Marques de Carvalho
30. **A DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO BRASILEIRO - RECURSO ESPECIAL 1.721.239/SP, DE RELATORIA DO MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO** 577
Cristiane de Medeiros Brito Chaves Frota
31. **DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA EM SEDE DE TUTELA PROVISÓRIA. O JULGAMENTO DO RESP N. 1.572.655-RJ E O RECONHECIMENTO, AO TERCEIRO ATINGIDO PELA SANÇÃO, DO DIREITO À TUTELA COM COGNIÇÃO EXAURIENTE** 589
Marília Siqueira da Costa e Layanna Piau Vasconcelos

- 32. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA: UMA ANÁLISE DO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL N. 1.845.536/SC..... 603**
Carolina Meireles e Tatiana Marocci
- 33. DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO FUNDADA EM EXTENSÃO DE RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL POR DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (ARESP 1.291.072/SP) 635**
Flávio Luiz Yarshell
- 34. RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.260/RS: A CONSOLIDAÇÃO DO PRINCÍPIO KOMPETENZ-KOMPETENZ NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ 655**
Bernardo Vieira Klüppel Carrara
- 35. A NACIONALIDADE E A FORMA DE EXECUTAR SENTENÇA ARBITRAL INSTAURADA PERANTE ORGANISMO INTERNACIONAL, SEDIADO NO EXTERIOR, E PROLATADA EM SOLO BRASILEIRO – ANÁLISE DO ACÓRDÃO: STJ RESP - 1.231.554 RJ 2011/0006426-8..... 679**
Marcelo Miranda Caetano
- 36. SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA. OFENSA À ORDEM PÚBLICA NACIONAL E INTERNACIONAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO PELO STJ 683**
(STJ), Corte Especial, SEC 9412-Estados Unidos da América)
Nelson Nery Junior
- 37. O COMPROMISSO ARBITRAL “PATOLÓGICO” COMO PRESSUPOSTO PARA O AFASTAMENTO DA APLICAÇÃO LITERAL DA REGRA DA COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA: ANÁLISE DO CC 151.130-SP..... 721**
Silvano José Gomes Flumignan
- 38. REFLEXÕES SOBRE A TUTELA DE EVIDÊNCIA EM CASO DE ABUSO DO DIREITO DE DEFESA (ART. 311, I, DO CPC 2015): UMA ANÁLISE DE ELEMENTOS DO AGINT NO ARESP 1.393.461/GO 731**
Helena Najjar Abdo e Rafael Calheiros Bertão
- 39. A POSIÇÃO PROCESSUAL DO INPI NAS AÇÕES DE NULIDADE. ANÁLISE DO TEMA PELO STJ; RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.812/RJ E PROPOSTA DE AFETAÇÃO..... 753**
Alexandre Freitas Câmara e Marcelo Mazzola

- 40. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL EM MATÉRIA DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL: ANÁLISE DO RESP 1527232/SP – STJ..... 779**
Antônio Gonçalves da Mota Silveira Neto e Caio Martins Nazareth Machado
- 41. O ESTÍMULO À MEDIAÇÃO COMO ALTERNATIVA À RESOLUÇÃO DE CONFLITOS – EVITANDO ANULAÇÕES EM JUÍZO – OBSERVAÇÕES À LUZ DO RESP 1331100/BA 789**
Osmar Mendes Paixão Côrtes